



EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

TIPO: Menor Preço Global

REGÊNCIA: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 104/2021

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 29 de junho de 2021 às 09:00 nove horas — Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOV. EDISON LOBÃO - MA (CPL), torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará e julgará a licitação acima indicada e receberá os envelopes HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS na Av. Urbano Rocha S/N Centro, sob as seguintes condições:

1. OBJETO

- 1.1. Construção do piso da quadra, no distrito Bananal, conforme Anexo II projeto básico/executivo em anexo.
- 1.2. O valor estimado para a contratação é de R\$ 67.737,03 (Sessenta e sete mil setecentos e trinta e sete reais e três centavos).
- 1.3. Em conformidade com o que disciplinam os arts. 3º e 4º da Decisão Normativa TCE/MA nº 35, de 13 de maio de 2020, a administração assegura a todos os interessados que os procedimentos adotados na sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes observarão as orientações da OMS Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias.
- 2. PRAZO DE EXECUÇÃO
- 2.1. A execução do objeto será de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto básico/executivo da obra.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

Exercício	2021	
Poder	Poder Executivo	02
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	02. 12
Unidade Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação	12.12.00
Atividade	Construção e ref. a ampliação de quadras de esporte	12.122.0402.1016.0000
Categoria Econômica	Obras e Instalações	4.4.90.51.00
Natureza da despesa	instalações	4.4.90.51.04

4. LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente por meio do site https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/diariooficial. bem como através do portal da transparência do Município de





Gov. Edison Lobão - MA, https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/transparencia. e Mural de Licitações - TCE - MA, https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul. cplgovel2021.2024@gmail.com., podendo ainda ser consultado presencialmente mediante comparecimento na sede da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL na Rua Urbano Rocha S/N Centro Gov. Edison Lobão - MA, caso queira adquirir uma cópia impressa o mesmo deverá solicitar a emissão de um DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para o recolhimento de taxa de R\$: 50,00 (cinquenta reais), das 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira. Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

5. DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL

5.1. Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

a) Anexo I

- Carta de Apresentação/Proposta de Preços;

b) Anexo II

- Projeto Básico/Executivo/Termo de Referência;

c) Anexo III

- Modelo de Carta Credencial;

d) Anexo IV

- Minuta do Contrato;

e) Anexo V

- Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;

f) Anexo VI

- Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;

g) Anexo VII

- Modelo de declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI.

6. DA PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar do presente certame empresas devidamente cadastradas junto ao órgão competente deste Município ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até terceiro dia à data dos recebimentos das propostas, observada a necessária qualificação.
- 6.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:
- 6.2.1. Pessoas Naturais;
- 6.2.2. Empresas apresentadas na qualidade de subcontratadas;
- 6.2.3. Pessoas jurídicas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes da administração indireta ou tenham sido por estes declaradas inidôneas, ainda que tal fato se de após o início do certame;
- 6.2.4. Empresas que tenham sócio-gerente, diretor ou responsável que seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.
- 6.3. É vedada a participação de consórcios nesta licitação.
- 6.4. Não poderão participar desta licitação empresas das quais participem, seja a que título for, servidor público municipal de Gov. Edison Lobão (MA).

7 - DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1 – Por força da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto Municipal nº 008/2021, as microempresas – MEs, as empresas de pequeno porte – EPPs e os microempreendedores individuais - MEIs que tenham interesse em participar desta concorrência deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:







- a) as licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI e que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação relativa à regularidade fiscal, deverão consignar tal informação expressamente na declaração prevista no item 9.3
- b) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME, EPP ou MEI, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição;
- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- A prorrogação do prazo previsto na alínea "c" deverá ser concedida pela CPL quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.
- A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam as alíneas "c" e "d".
- A não regularização da documentação no prazo previsto nas alíneas "c" e "d" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para MEs, EPPs ou MEIs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEs, EPPs ou MEIs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal nº 008/2021.

7.2 – Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a ME, EPP ou MEI mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de dez minutos após o encerramento da fase de julgamento das propostas de preços, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME, EPP ou MEI), desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências habilitatórias;
- c) não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs, EPPs ou MEIs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas MEs, EPPs ou MEIs que se encontrem enquadradas no item 7.2., alínea c, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.2, alínea c, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou MEI.

8. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1. A documentação deverá ser entregue pelo representante legal da empresa licitante à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, em 02 (dois) envelopes opacos, devidamente lacrados e invioláveis, o primeiro, identificado como







"ENVELOPE № 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", o segundo, como "ENVELOPE № 02 – PROPOSTA DE PREÇOS", em cujas partes externas, além da razão ou denominação social da empresa licitante, deverão conter:

Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO (MA)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL

Av. Urbano Rocha S/N Centro Gov. Edison Lobão - MA Tomada de Preços nº 002/2021 – CPL - Data: 25/06/2021 às 09:00 nove horas.

- 8.2. Para habilitação à presente licitação, as empresas apresentarão os documentos abaixo relacionados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme exigência da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Dívida Ativa).
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários);
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF do FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA;
- I) Comprovação da Licitante de que, eventualmente declarada vencedora do certame, disporá, na data da contratação, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço da natureza e volume equivalente ao objeto a que propõe executar;
- 1.1) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional supra, as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos julgarem necessários e pertinentes a um ou mais profissionais;
- 1.2) A comprovação de disponibilidade do profissional, prevista na alínea "I", poderá ser feita por meio de declaração formal;
- 1.3) Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço/obra objeto desta licitação, podendo ser substituídos por outro com experiência equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração Pública Municipal (§ 10º, do art. 30, da Lei nº 8.666/93);
- m) Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei nº 8.666/93(conforme anexo V);
- n) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- n.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO







PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO TOTAL PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

n.2) as fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

n.3) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

n.4) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

n.5) serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

n.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal de grande circulação; ou

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

n.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

n.5.3) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- o) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme art. 32, parágrafo segundo da Lei nº 8.666/93 (conforme anexo VI);
- 8.3. Não será admitida, em qualquer hipótese, a retirada da documentação apresentada pela licitante em sua versão original nos autos do processo.
- 8.4. Os documentos em que o prazo de validade não estiver estipulado expressamente, ou fixado em lei, serão tidos como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
- 8.5. Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, ou apresentar de forma incompleta, incompreensível, ilegível, com erro, rasura, omissão, qualquer exigência contida neste Edital.
- 8.6. O Envelope nº 02 deve conter a seguinte identificação:

Envelope n. º 02 - Proposta Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO (MA) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL Av. Urbano Rocha S/N Centro Gov. Edison Lobão - MA







Tomada de Preços nº 002/2021 – CPL - Data: 25/06/2021 às 09:00 nove horas.

E em seu interior deverá conter os seguintes documentos e elementos:

- 8.7. Proposta de Preços, (Anexo I) em papel timbrado da licitante, datilografada ou impressa por qualquer outro meio, datada e assinada pelo seu responsável ou representante legal da licitante, rubricada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo, necessariamente, os preços, em moeda corrente nacional, em valores unitários e totais, absolutamente líquidos já incluídos todos os encargos inerentes ao objeto, contendo:
- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- b) Prazo de execução será de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto básico/executivo da obra;
- c) O preço total da proposta em algarismo e por extenso;
- 8.7.1. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e ainda:
- 8.7.1.1. Planilha orçamentária, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;
- 8.7.1.2. Composição unitária de preços;
- 8.7.1.3. Composição de B.D.I.;
- 8.7.1.4. Composição de encargos sociais;
- 8.7.1.5. Cronograma Físico-Financeiro
- 8.7.2 É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a descrição de todos os dados da proposta apresentada;
- 8.7.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;
- 8.7.4. As propostas de preços serão abertas em ato público, em data a ser definida pela Comissão Permanente de Licitação e comunicada previamente às licitantes.

9. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 9.1. As licitantes deverão se apresentar junto ao Presidente da CPL por meio de um representante, portando seu documento de identidade original e devidamente munido de Carta Credencial, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III do Edital, ou procuração que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para firmar declarações, interpor ou renunciar à interposição de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.
- 9.2. As participantes deverão apresentar também ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;







- 9.2.1. O credenciamento ora solicitado deverá ser entregue em anexo, na parte externa do "Envelope nº 01 − Documentação de Habilitação" ou apresentada pelo novo representante em tempo hábil, quando for o caso.
- 9.3. As licitantes que se enquadrem na condição de ME, EPP ou MEI deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado onde está sediada e declaração que comprove sua condição de ME, EPP ou MEI, atestando ainda que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII do Edital.
- 9.3.1. Na hipótese do item 9.3, não serão considerados os documentos que estejam dentro de envelopes lacrados de habilitação, que não serão abertos no início da respectiva sessão.
- 9.3.2. A declaração da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte de que trata o item 9.3 deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante, e deverá ser prestada com plena veracidade, sob pena de infringência ao artigo 299 do Código Penal.
- 9.3.3. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, <u>no</u> afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 9.3.4. No caso de microempreendedor individual MEI, a declaração da condição de que trata o item 9.3 poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.
- 9.3.5. A falta da Certidão Simplificada da Junta Comercial e da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sua imperfeição não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.4. Após o horário marcado para a abertura dos envelopes, declarado o início dos trabalhos, nenhum outro será recebido.
- 9.5. A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão.
- 9.6. Na data e hora indicadas para o recebimento das propostas, a Comissão Permanente de Licitações abrirá, em primeiro lugar, o envelope nº 01, referente à documentação e habilitação preliminar; em seguida, o envelope nº 02 - Proposta de Preços. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfazer as exigências deste Edital.
- 9.7. O não comparecimento de qualquer participante às novas reuniões designadas não impedirá que ela se realize, não cabendo aos ausentes o direito de reclamação de qualquer natureza.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 10.1. No julgamento levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de Menor Preço Global, como disposto no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei n. º 8.666/93.
- 10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital inclusive financiamento subsidiado ou a fundo perdido nem preço ou vantagem baseada na oferta dos demais licitantes.







- 10.3. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o presente Edital não tenha estabelecido limites mínimos.
- 10.4. A proposta apresentada que não se adequar aos termos deste Edital será rejeitada pela Comissão Permanente de Licitação.
- 10.5. Obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, fica ressalvada à Comissão Permanente de Licitação, a seu exclusivo critério e mesmo depois da apresentação das propostas, sem que caiba às concorrentes, nas hipóteses abaixo, pleitear indenização, compensação ou vantagens a qualquer título, o direito de:
- a) julgar livremente a presente licitação;
- b) propor, motivadamente, à autoridade superior, a anulação ou a revogação do certame;
- c) desclassificar as propostas que não estejam em condições de assegurar execução satisfatória do objeto licitado, não atendam às exigências deste ato convocatório e que contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (art. 48, incisos I e II, da Lei Federal n. º 8.666/93);
- d) quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas que não contenham as irregularidades que geraram a inabilitação ou a desclassificação.

11 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Em caso de empate entre duas ou mais concorrentes o desempate ocorrerá por sorteio, em ato público, realizado pela Comissão Permanente de Licitação, para o qual todos os licitantes serão convocados.

12 - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1. O resultado do julgamento desta licitação será divulgado na imprensa oficial, salvo se presentes os representantes dos licitantes no ato em que for adotada a decisão pela CPL, quando poderá ser feito diretamente aos interessados e lavrado em

13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será parcelado conforme a execução e efetuado pela Secretaria Municipal de Administração / Fazenda Finanças e Receita juntamente com Secretaria de Educação ou por outro setor específico da Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão - MA, de acordo com os seguintes procedimentos:
- a) O primeiro pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização da primeira medição, devidamente atestada pela fiscalização.
- b) As medições dos serviços serão parciais, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante.
- c) A contratada deverá apresentar a fatura, bem como os demais documentos exigidos, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa;
- d) O prazo de pagamento da(s) parcela(s) subsequente (s) será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da fatura à Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão - MA, referente à data final do período de adimplemento.







- 13.2. A primeira medição só será realizada com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica ART da obra junto ao CREA-MA, bem como do documento que comprove que a obra foi matriculada no INSS.
- 13.3. As demais medições serão liberadas com a apresentação da Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês imediatamente anterior à solicitação do pagamento.
- 13.4. A medição final só será liberada contra a apresentação da CND junto ao INSS, bem como do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, da obra contratada.
- 13.5. Nenhum pagamento se fará sem que a firma adjudicatária tenha recolhido valor de multa, eventualmente aplicada.
- 13.6. Os preços incluem todas as despesas com impostos, seguros, fretes, taxas ou outros encargos eventualmente incidentes sobre os serviços, não podendo sofrer reajuste de qualquer natureza, exceto nas hipóteses previstas em lei.

14 - DOS ENCARGOS LEGAIS

14.1. Os encargos legais vigentes ou futuros, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a empresa a ser contratada e o pessoal por ela empregado na execução do objeto da presente licitação (trabalhista, previdenciária e securitária), ficarão inteiramente sob a responsabilidade da proponente vencedora, não mantendo a Administração qualquer vínculo com os empregados da mesma.

15. DO PRAZO RECURSAL

15.1. Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações – CPL, decorrentes da aplicação dos termos desta licitação, caberão recursos, conforme previstos na Lei 8.666/93.

16. DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. A execução dos serviços será de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto básico/executivo da obra.
- 16.2. O Contrato entre a Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão (MA) e a firma adjudicada será lavrado nos termos do art. 54 e seguintes da Lei n. º 8.666/93, consoante minuta do anexo IV.
- 16.3. A empresa adjudicatária deverá assinar o Contrato (anexo IV) no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da adjudicação do julgamento da presente Licitação.
- 16.4. Quando a empresa adjudicatária não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 16.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 16.6. O contrato firmado entre a Administração Pública e a licitante vencedora poderá ser prorrogado nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS







- 17.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão – MA por até dois anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.2 O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- 17.2.1 Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 17.3 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 17.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 17.5 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 17.6 O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;
- 17.7. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Fica assegurado à Comissão Permanente de Licitações o direito de no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, adiar a data de abertura das propostas da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados através de e-mail ou outro meio adequado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data inicialmente marcada, como também o de alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas, ou ainda revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo.







- 18.2. Nos termos do art. 48 e sem prejuízo do estabelecido no art. 109, ambos da Lei n. º 8.666/93, o descumprimento de qualquer das disposições contidas nos itens deste Edital e seus Anexos, poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação, respectivamente.
- 18.3. As decisões da Comissão Permanente de Licitações, bem como os demais atos de interesse dos licitantes serão publicados no Diário Oficial do Município Instituído Pela Lei Municipal n° 003/2017 de 27 de março de 2017, caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes.
- 18.4. Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso o feito.
- 18.5. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o Licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.
- 18.6. O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Administração Municipal ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e seus sucessores.
- 18.7. A Comissão poderá promover diligências de acordo com as disposições da legislação pertinente para dirimir dúvidas e esclarecer aspectos que possam representar condicionantes a perfeita análise das propostas. Enquadram-se nesta estratégia, inclusive, a eventual solicitação dos originais dos documentos, principalmente referentes a Regularidade Fiscal, os quais na medida das possibilidades dos Licitantes, deverão estar disponíveis para serem apresentados se solicitados, na sessão de abertura da documentação de habilitação.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 18.9. A Comissão Permanente de Licitações CPL prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados sobre o gratuitamente obtidos ser consultados e poderão seus anexos, https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/diariooficial. bem como através do portal da transparência do Município de Gov. Edison Lobão - MA, https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/transparencia. e Mural de Licitações - TCE - MA, https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul. cplgovel2021.2024@gmail.com., podendo ainda ser consultado presencialmente mediante comparecimento na sede da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL na Rua Urbano Rocha S/N Centro Gov. Edison Lobão – MA, caso queira adquirir uma cópia impressa o mesmo deverá solicitar a emissão de um DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para o recolhimento de taxa de R\$: 50,00 (cinquenta reais), das 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira. Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

Gov. Edison Lobão (MA), 28 de maio de 2021

GUSTAVO PAIXÃO MARTINS Presidente da CPL







TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

ANEXO I

(CARTA DE APRESENTAÇÃO) PROPOSTA DE PREÇOS

(empresa), com	sede na cidade de	à Rua	, n.º	, inscrita no
(empresa), com CNPJ/MF sob o número e R.G. n.º	, neste ato represen	tada por	, porta	dor do CPF n.
e R.G. n.º	, abaixo assinado, propõe à Se	cretaria Municipal de Educ	ação os preços infra	discriminados
para a construção do piso da qua	dra, no distrito Bananal, objeto o	la Tomada de Preços № 002	2/2021 - CPL:	
a) O preço da proposta é de R\$ _ b) Prazo de validade da proposta	().	50 (cossenta) dias contado	os a partir da data (de abertura da
	a, que nao podera ser imerior a	oo (sessenta) alas, contaat	os a partir da data t	ic docitara a
licitação; c) O prazo para execução dos ser	vicos será de acordo com o crono	ograma físico-financeiro do	projeto básico/exec	utivo da obra.
c) o prazo para execução dos ser	Vigos sera de destras com o como			
		Gov. Edison Lo	bão - MA, de	de
	5			
	Nome, Identidade e Assinat	ura da Posponsával Lagal		





TOMADA DE PREÇOS № 002/2021 - CPL

PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO



Composição Sinapi	Composição Sinapi Principal	Composição Sinapi	Composição Sinapi	Composição Sinapi	Insumo Sinapi	Insumo Sinapi	Principal	Composição Sinapi Composição Sinapi	Composição Sinapi Principal	Tipo
88316	99803	95282	88316	88309	43146	34492	101747	88316 99833	99814	Código
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO, AF, 04/2019	DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - CHP DIURNO. AF 09/2016	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	ENDURECEDOR MINERAL DE BASE CIMENTICIA PARA PISO DE CONCRETO	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBE	PISO EMI CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSAO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLZ, VAZÃO MAXIMA EN	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	Descrição
Ξ	M2	CHP	Ι	I	KG	M3	M ₂	유 H	MI2	Un.
0,097	797	0,007	0,0466	0,1119	4	0,0814	797	0,089	797	Qtd.
R\$ 13,81	R\$ 1,33	R\$ 8,46	R\$ 13,81	R\$ 18,47	R\$ 8,56	R\$ 370,04	RS 67,11	R\$ 13,81 R\$ 1,20	R\$ 1,23	Preço Unit 1
R\$ 1,33	R\$ 1.060,01	R\$ 0,05	R\$ 0,64	R\$ 2,06	R\$ 34,24	R\$ 30,12	R\$ 53.486,67	R\$ 1,22 R\$ 0,01	R\$ 980,31	Total

ALEXANDRE Assinado de forma
CEZAR LEITE DA CEZAR LEITE DA
SILVA:09664263 SILVA:09664263710
Dados: 2021.06.03
710
00:10:51-03'00'

Planilha Sintética Simples

	2.1	2	1.1	1	Item
	Composição Sinapi Composição Sinapi	EXECUÇÃO	Composição Sinapi	PLELIMINARES	Tipo
	101747 99803		998	A BOOK OF THE PARTY OF THE PART	Código
	PISO EM CONCRETO 25 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 6CM. AF_09/2020 LIMPEZA DE PISO . AF_04/2019		99814 LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Descrição
	M2 M2		M2		Un.
	1,00 (797) 1,00 (797)	797	1,00 (797)	797	Qtd. Pn
	R\$ 67,11 R\$ 1,33	THE REAL PROPERTY.	R\$ 1,23		Preço Unit
Total sem BDI Total do BDI Total	R\$ 81,87 R\$ 1,62		R\$ 1,50		Preço com BDI
	7 R\$ 53.486,67 R\$ 1.060,01	R\$ 54.546,68		R\$ 980,31	Totalsem BDI To
R\$ 55.526,99 R\$ 12.210,04 R\$ 67.737,03	R\$ 65.250,39 R\$ 1.291,14	R5 55.541,53	K\$ 1.195,50	RS 1.195,50	Total

ALEXANDRE CEZAR Assinado de forma digital por ALEXANDRE CEZAR LEITE DA DA SILVA.09664263710 Dados: 2021.05.21 16:03:39 SILVA:09664263710 __03'00'

- 100				
٦,	U	5	4	2
	7	-		
			4	3
				7

THE SHIP WAS A STATE OF THE SHIP OF THE SH						
	7875k	DESEMBENADERA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, A PAS, MOTOR A GASDUNA, PUTENCIA 5,5 HB - CHP DIURNO, AF, 09/2016	N.	0.001	00 C O AA	RS 0.44
Composição Sinapi Composição Sinapi	95278 95279	DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - DEPRECIAÇÃO. AF_09/2016 DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - JUROS. AF_09/2016 DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - MANUTENCÃO, AF_09/2016	III	ין ין ין	R\$ 0,05 R\$ 0,34	R\$ 0,05
Composição Sinapi Composição Sinapi	95280 95281	DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - MANUTENÇÃO, AF 197/2010 DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 09/20	Ι:)-1	R\$ 7,63	R\$ 7,63
esição Sinapi	05/70	DESEMPENADENA DE CONCREJO, PESO DE YORG, A PÁS, MOTOR A GASDENA, POTÊNCIA SE HP - DEPRECIAÇÃO, AF (09/2015)			HS U.4.1	S 15 06
			CN	0,000054	R\$ 6.875,00	R\$ 0,44
Insumo Sinapi	10658	ALISADORA DE CONCRETO COM MOTOR A GASOLINA DE 5,5 HP, PESO COM MOTOR DE 78 KB, 4 PAS				
orição Sinapi	95279	DESENDENADEIRA DEICONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PÁS, MIGTORIA GASOLINIA, POTENCIA 5 S HP. JURIOS AF DIS/2015			can est	
Insumo Sinapi	10658	ALISADORA DE CONCRETO COM MOTOR A GASOLINA DE 5,5 HP, PESO COM MOTOR DE 78 KG, 4 PAS	CN	0,00000075	R\$ 6.578,95	בטים כע
osição sinapi	08360	DECENDARIO DEL MORETO PERO DE JERO DE JERO A PÁS MOTOR A GASOLINA. POTENCA SE APOMANUTENÇÃO AF 19/2015			R5 0.34	100
IXIIIar		TO THE PARTY OF THE PARTY OF THE PARTY OF THE PARTY OF THE TRANSPORT OF THE TRANSPORT OF THE PARTY OF THE PAR	S	0,00005	R\$ 6.800,00	R\$ 0,34
msumo sinapi	OCOUT	ACIDADORA DE COMONEJO COM INCIGOS A COLOCIAS OCULADORA A COLOCIA DE COMONEJO A COLOCIA DE COMONEJO COMO DE COM			3, 1	R5.7
osição Sinapi		DESEMPTIVADERA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, A PAS, MOTOR A DASOUNA, POTENCIA EN ATE ENVIRONMENTA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, A PAS, MOTOR A DASOUNA, POTENCIA EN ATE ENVIRONMENTA DE CONCRETO.			6017.60	
Driven Cinani	4222	GASOLINA COMINA	-	1,44	R\$ 5,30	K\$ /,05

Composição Principal

Composição Sinapi	Principal	Composição Sinapi	
88316		£0865	
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	T.	IMPEZA DE PISO CERÁMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_04/2019	
-	0.097	/6/	4
	R\$ 13,81	rc'r 611	PC 1 23
	R\$ 1,33		20.080.01

Composições Auxiliares

				SERVENTE DE OBRAS	6111	Insumo Sinapi
R\$ 0,16	R\$ 10,60	0.0151	Ξ.	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	95378	Composição Sinadi Auxiliar
R\$ 11,06 R\$ 0,01 R\$ 0,60 R\$ 0,55 R\$ 0,01 R\$ 0,01 R\$ 1,01 R\$ 0,16	R\$ 11,06 R\$ 0,01 R\$ 0,60 R\$ 0,55 R\$ 0,01 R\$ 0,41 R\$ 1,01 R\$ 0,16			SERVENTE DE OBRAS ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA) TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA) EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA) EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA) SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA) SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA) FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	88345 6111 37370 37371 37372 37373 37373 43467 43467 43491 95378	Auvillar Insumo Sinapi
R\$ 1, 3d	R\$ 13.81	n ny				

ALEXANDRE CEZAR LEITE Assinado de forma digital por ALEXANDRE CEZAR LEIE DA SILVA:09664263710 Dados: 2011.06.03 00:12:36-03'00'

			ı
Š	7	7	1
	-	*	Ę
		7	4

			ENICOCIA CI CTOICA ATE TOOD KWH INDISTRIAL SEM DEMANDA	370F ENED	3
R\$ 0,71	1,19	H/WX			Código
Preço Unit	Qtd. Preço	Un. C	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

Composição Principal

Composição Sinapi		THE THE PROPERTY OF THE PROPERTY WITCH ESPESSIBLE TOWN OF 09/2020	MI2	797	R\$ 67,111 R	5 53,486,67
Principal	101747	PISO EM CONCRETO 20 MIPA PREPARO MELANICO, ESPESSONA ACIVI PI DE JOSEPH DE ROMBE	M3	0.0814	R\$ 370,04	R\$ 30,12
Insumo Sinapi	34492	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUTSERVED DE RESISTENCIA CADA CADA CADA CADA CADA CADA CADA C	KG	4	R\$ 8,56	R\$ 34,24
Insumo Sinapi	43146	ENDURECEDOR MINERAL DE BASE CIMENTICIA PARA PISO DE CONCRETO	Ι.	0,1119	R\$ 18,47	R\$ 2,06
Composição Sinapi	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	I	0,0466	R\$ 13,81	R\$ 0,64
Composição Sinapi	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	呈	0,007	R\$ 8,46	R\$ 0,05
Composição Sinapi	95282	DESEMPENADEIRA DE CONCRETO, PESO DE 75KG, 4 PAS, MOTOR A GASOLINA, POTENCIA 3,3 HF - CHE DIOMINO. TO 2017 - CHE	3650			

Composições Auxiliares

		5 50 50 50	1	SERVENTE DE OBRAS	6111	55.000
R\$ 0,16	R\$ 10,60	0,0151	H			Amalian
	1,00,00			CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTI (ENCARGOS EGMPLEMENTARES). HORISTA		Composição Smap
				CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HURISTA	pi 95378	Composição Sinapi
R\$ 0,16	R\$ 0,16	j.a	I	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	43491	Insumo Sinapi
R\$ 1,01	R\$ 1,01	⊢	I	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLCTADO CAIXA)	43467	Insumo Sinapi
R\$ 0,41	R\$ 0,41	ы	I	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37373	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	ы	I	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37372	Insumo Sinapi
R\$ 0,55	R\$ 0,55	Ľ	I	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37371	Insumo Sinapi
R\$ 0,60	R\$ 0,60	1	I	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37370	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	ы	I	SERVENTE DE OBRAS	6111	insumo Sinapi
R\$ 11,06	R\$ 11,06	p.a.	н			Auxiliar
	10.01	0,045		COMPRESS TO VALUE FINGUES COMPRESSED FARES		deuts aglisodules
				PEDREIRO	4750	Insumo Sinapi
R\$ 0,23	R\$ 15,23	0,0151	T CONTRACTOR OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAM			Aug light
	50,023			CHIRCH DE CARROLLTAGAG PARA REDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES). HORISTA	Near	Composição Sinap
RAO XX				CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HURISTA	ii 95371	Composição Sinapi
R\$ 0,23	R\$ 0,23	→	I	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	43489	Insumo Sinapi
R\$ 0,95	R\$ 0,95	بسر	I	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	43465	insumo Sinapi
R\$ 0,57	R\$ 0,57	₽	I	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37373	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	Д	I	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37372	insumo Sinapi
R\$ 0,55	R\$ 0,55	Д	I	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37371	Insumo Sinapi
R\$ 0,60	R\$ 0,60	н	I	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37370	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	dud	I	PEDREIRO	4750	Insumo Sinapi
R\$ 15,54	R\$ 15,54	1	I		2	Auxilliar
	Ind abyer	11.1.1		PERSON OF THE ARROS COMPLEMENTARY	on and	Composição Snap
BK 2 ()7	WC 10 67					

Insumo Sinapi

6111

SERVENTE DE OBRAS

1	
P	
	1

Código Descrição Composição Principal Descrição Descrição Composição Principal M2 797 R\$ 1,23 R O 080 R\$ 13.81	R\$ 0,01	R\$ 1,20	0,015	유	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSAO DE OPERACAO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLZ, VAZAO MAXIMA EN	88316 99833	Composição Sinapi Composição Sinapi
Descrição Composição Principal	RS 1,2	R\$ 13.81	0.089	M2		1866	Composição Sinapi Principal
Descrição					Composição Principal		
Descrição				The state of the s			
					Descrição	Código	•

0
mg.
-3
TO
0
W
100
750
~
10
-
320
500
>¢
-
03
200
LD.
Lift

85 Q.SS	RS 0.85		TE.	ENTRE 400 E 700 UM -TWATERIAIS NA CERRAÇÃO AF 10/2019	50837	Composição Snapo Auxiliar
R\$ 0,20	R\$ 2.222,22	0,00009	UN	ENVERE 490 E 700 UP - MANUTERÇÃO - AF DA/2019 AVADORA DE ALTA PRESSÃO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA. PRESSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLZ, VAZÃO MÁXIMA EN	7/15	Auxiliar
north su	RS 0, 20		7	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO (LAVALATO) PAPA ÁGUA FRA, VRESSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1900 UBJPOLE, VAÇÃO PRAJAMA		identic delisabilities
R\$ 0,01	R\$ 1.315,79	0,0000076	UN	LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSAO DE OPERACAO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLZ, VAZAO MAXIMA EN	746	Insumo Sinapi
	10,000		-	LANADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA IATO) PARA AGUA FRIA, PRESSÃO DE OPERALACIENTAS ENVOE ENRO UM. OLA MACA TORA ME	95830	Composição Sinapi
				LAVADORA DE ALTA PRESSÃO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1500 LIB/POLZ, VAZAO WIZANIMA CIN	746	Insumo Sinapi
R\$ 0,14	R\$ 2.187,50	0.000064	Z	ENTRE 400 E 700 L/H DEFRECIAÇÃO AF 94/2019	99829	Auxiliar
R5 0,14	850.14			BYADORA DE ALTA PRESSAD (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA. PRESSAD BE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1800 EIB/POLZ, VAZÃO MAXIME	75866	romposição Sinapi
R\$ 0,85	R\$ 0,85	1	I	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLZ, VAZÃO MAXIMA EN	99831	Composição Sinapi
R\$ 0,20	R\$ 0,20	ы	I	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1500 CIO/FOLO, VAZÃO MAXIMA EN	99830	Composição Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	و در	Ι:	LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVA-JATO) PARA AGUA FRIA, PRESSAO DE OPERACAO ENTRE 1400 E 1900 LIB/POLA, VAZAO MAXIMA EN	99829	Composição Sinapi
R\$ 0,14	R\$ 0.14	۸.	r	ENTRE GOOF 700 L/H - CHP DIURNO AF_04/2019	00000	Aurilar
R\$ UU	R\$ 1.20	2,035	CHP	LAVADORA DE ALTA PRESSAO (LAVAJATO) PARA AGUA FRIA, FRESSAO DE OPERAÇÃO ENTRE 1400 E 1900 (16/FCL2, VAZAO VIANIVIA		Compasição Sinapl
		0,000		SERVENTE DE OBRAS	6111	Insumo Sinapi
R\$ 0,16	R\$ 10,60	0.0151	τ	CORSO DE LA PALITAÇÃO PARA SERVERSE (CARA-NOVA DOMESTICA A TRANSPORTA DE	95378	Awillian .
85 0 16	950,16		7.	TSISISI TO THE WAY THE WAY TO THE TOTAL TO T		Compositate Singpi
	1000	1	I	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	95378	Composição Sinapi
R\$ 0,16	84016	a p		EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	43491	Insumo Sinapi
R\$ 1,01	R\$ 1.01	ا د	c :	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	43467	Insumo Sinapi
R\$ 0,41	R\$ 0,41	در	r	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37373	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	,	x	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37372	Insumo Sinapi
R\$ 0,55	R\$ 0,55	ы	r	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37371	Insumo Sinapi
R\$ 0,60	R\$ 0,60	ъ	I	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	37370	Insumo Sinapi
R\$ 0,01	R\$ 0,01	₽	I	SERVENTE DE OBRAS	6111	Insumo Sinapi
R\$ 11,06	R\$ 11,06	Д.	Ξ		The state of	Author
100	R\$ 13,81	6,085		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R8316	Composição Sinap
STATE OF THE PARTY OF			The state of the s			







TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

TERMO DE REFERÊNCIA

As interessadas em contratar com a Administração Pública Municipal deverão observar as seguintes exigências:

1. DA HABILITAÇÃO

- 1.1 As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Dívida Ativa).
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários);
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF do FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- i) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j) Prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA;
- I) Comprovação da Licitante de que, eventualmente declarada vencedora do certame, disporá, na data da contratação, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução de obra ou serviço da natureza e volume equivalente ao objeto a que propõe executar;
- 1.1) Para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional supra, as licitantes poderão apresentar tantos atestados quantos julgarem necessários e pertinentes a um ou mais profissionais;
- 1.2) A comprovação de disponibilidade do profissional, prevista na alínea "I", poderá ser feita por meio de declaração formal;
- 1.3) Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço/obra objeto desta licitação, podendo ser substituídos por outro com experiência equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração Pública Municipal (§ 10º, do art. 30, da Lei nº 8.666/93);
- m) Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei nº 8.666/93;
- n) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, em cópia autenticada, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- n.1) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais devem ser maior que 1,00, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO







ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

- n.2) As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- n.3.) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.
- n.4) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- n.5) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- n.5.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.3) sociedade criada no exercício em curso:
- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- n.5.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

2. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 2.1. As propostas deverão ser apresentadas da seguinte forma:
- 2.1.1. Em papel timbrado da licitante, datilografada ou impressa por qualquer outro meio, datada e assinada pelo seu responsável ou representante legal da licitante, rubricada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo, necessariamente, os preços, em moeda corrente nacional, em valores unitários e totais, absolutamente líquidos já incluídos todos os encargos inerentes ao objeto; contendo:
- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da
- b) Prazo de execução será de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto básico/executivo da obra;
- c) O preço total da proposta em algarismo e por extenso;
- 2.2. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e ainda:
- 2.2.1. Planilha orçamentária, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;
- 2.2.2. Composição unitária de preços;
- 2.2.3. Composição de B.D.I.;
- 2.2.4. Composição de encargos sociais;
- 2.2.5. Cronograma Físico-Financeiro
- 2.3. É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a descrição de todos os dados da proposta apresentada;
- 2.4. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;







2.5. As propostas de preços serão abertas em ato público, em data a ser definida pela Comissão Permanente de Licitação e comunicada previamente às licitantes.

3 - DAS PENALIDADES

- 3.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão – MA por até dois anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3.2 O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- 3.2.1 Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 3.3 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 3.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 3.5 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 3.6 O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;
- 3.7. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 Executar os serviços obedecendo fielmente o Projeto Básico/Executivo;
- 4.2 Arcar com todas as despesas com equipamentos, utensílios, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do contrato;
- 4.3. Cumprir fielmente o contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua
- 4.4. Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação previstas na licitação;
- 4.5. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados;
- 4.6. Registrar a obra no CREA; 4.7. Cumprir todas as leis, regulamentos e determinações das autoridades constituídas, em especial o Código de Obras e de
- 4.8. Tomar todas as medidas de segurança no trabalho tais como: Sinalização, Advertência, Avisos, Tapumes, enfim, todos os meios necessários a evitar acidentes ou outros imprevistos;







- **4.9.** Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devam ser refeitos;
- 4.10. Facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- **4.11.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 4.12. Efetuar a matricula da obra junto ao INSS.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:
- 5.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada, desde que preenchidas as formalidades previstas neste contrato;
- 5.1.2. Designar um profissional, se necessário, para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto;
- 5.1.3. Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

6 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação se faz necessária à promoção de lazer incentivo ao esporte e melhorarias nas qualidades de vidas no distrito Bananal, facilitando o acesso de alunos da rede de ensino municipal e população e geral que residem naquela localidade. Assim é que a realização do certame se faz necessária, não sendo possível o aguardo do encerramento do período de isolamento social decretado em razão da pandemia da COVID-19, cuja flexibilização já se iniciou.







TOMADA DE PREÇOS № 002/2021 - CPL

ANEXO III (MODELO)

(Papel timbrado do Concorrente)

CARTA CREDENCIAL

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL
O abaixo-assinado, responsável legal pela Empresa, vem pela presente informar a Vs. Sas. que o Sr
Atenciosamente
Gov. Edison Lobão - MA, de de
Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal





TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DO PISO DA QUADRA, NO DISTRITO BANANAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOV. EDISON LOBÃO (MA) E A

CONTRATO Nº ____002/2021

	EMPRESA	, NA FORMA ABAIXO.
01.597.627/0001-34, com Educação, representada p portadora da cédula de i simplesmente de CONTRA estabelecida na	sede administrativa na Avenida Urbano Rocha ela secretaria municipal de educação, Denise Po dentidade de nº **294334***-* SSP-MA e do ATANTE e, do outro lado, a empresa, neste ato, representada pelo, Sr, doravante denominada simplesmente de	ÍPIO DE GOV. EDISON LOBÃO - MA, CNPJ/MF nº s/n, Centro, através da Secretaria Municipal de etuba de Moraes, brasileira, casada, professora, CPF nº ***.460.***-**, doravante denominada, CNPJ/MF n.º, portador do RG n.º e do CONTRATADO, tendo em vista o que consta na a a integrar este instrumento, independentemente nacordo, celebrar o presente Contrato, regido pela quintes:
PI 11.= 0.000, UE ZI UE JUII	10 dc 1555, 111canania	

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato e a construção do piso da quadra, no distrito Bananal, em conformidade com a Tomada de Preços № 002/2021 - CPL e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

PARAGRAFO ÚNICO - O objeto deste Contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário do lote.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- a) Executar os Serviços sob o regime de empreitada por preço unitário do lote, obedecendo fielmente o Projeto Básico/Executivo, na forma constante do(s) anexo(s) da Tomada de Preços № 002/2021 - CPL, que passam a fazer parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição;
- b) Arcar com todas as despesas com equipamentos, utensílios, materiais, mão-de-obra, pagamento de seguro, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária e todos os demais encargos tributários ou não decorrentes do objeto do contrato;
- c) Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;
- d) Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação previstas na licitação;
- e) Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, relativamente aos serviços contratados;
- f) Registrar a obra no CREA;
- g) Cumprir todas as leis, regulamentos e determinações das autoridades constituídas, em especial o Código de Obras e de Postura deste Município;







- h) Tomar todas as medidas de segurança no trabalho tais como: Sinalização, Advertência, Avisos, Tapumes, enfim, todos os meios necessários a evitar acidentes ou outros imprevistos;
- i) Responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeita técnica dos serviços, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades, competindo-lhe, também, a dos serviços que, não aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, devam ser refeitos;
- j) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- l) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- m) Efetuar a matricula da obra junto ao INSS.

PARÁGRAFO ÚNICO - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste contrato;
- II) Designar o servidor _____, para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto;
- III) Comunicar à contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS MEDIÇÕES

As medições dos serviços serão parciais, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela licitante.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A contratada deverá apresentar a fatura, bem como os demais documentos exigidos, de acordo com cada medição, considerando-se este como o momento do adimplemento da etapa;

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A primeira medição só será realizada com a apresentação da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da obra junto ao CREA-MA, bem como documento que comprove que a obra foi matriculada no INSS.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As demais medições serão liberadas com a apresentação da Guia de Recolhimento junto ao INSS referente ao mês imediatamente anterior à solicitação do pagamento.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A medição final só será liberada contra a apresentação da CND junto ao INSS, bem como do Certificado de Regularidade junto ao FGTS, da obra contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela execução dos serviços a que alude este contrato fica estabelecido o preço global de R\$ _ que será pago diretamente pela Secretaria Municipal de Administração / Fazenda Finanças e Receita juntamente com Secretaria de Educação ou por outro setor específico da Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão (MA), em conformidade com as medições dos serviços executados, com base nos preços unitários da Proposta da CONTRATADA.







SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento dos serviços de que trata este contrato será efetuado em Reais, após aferição dos respectivos serviços pela Fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O prazo para pagamento dos serviços contratados será de até 30 (Trinta) dias contados a partir da apresentação da fatura à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E DO RECEBIMENTO FINAL

O prazo para execução das obras e serviços ora contratados será de acordo com o cronograma físico-financeiro, em conformidade com a Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE e aceita pela CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O Termo de Recebimento Definitivo a que se refere este contrato será lavrado até 30 (Trinta) dias após a conclusão das obras e serviços, uma vez que tenham sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e/ou supressões autorizadas pela CONTRATANTE, habilitando a CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Quando por parte da CONTRATANTE ocorrer motivos relevantes que impeçam temporariamente a execução deste CONTRATO, o seu prazo de execução será interrompido com as partes firmando documento neste sentido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos seguintes recursos:

Exercício	2021	
Poder	Poder Executivo 02	
Órgão	Secretaria Municipal de Educação	02. 12
Unidade Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação	12.12.00
Atividade	Construção e ref. a ampliação de quadras de esporte	12.122.0402.1016.0000
Categoria Econômica	Obras e Instalações	4.4.90.51.00
Natureza da despesa	instalações	4.4.90.51.04

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do presente contrato será de doze meses, podendo ser prorrogada nos termos e condições previstas na Lei nº 8.666/93, se de interesse da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;







- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão -MA por até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O atraso na execução do objeto da presente licitação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso o atraso seja superior a dez dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

PARÁGRAFO QUARTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

PARÁGRAFO QUINTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO SEXTO

O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pela variação IGPM, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido em até 05 (cinco) dias da data de sua cominação, mediante Guia de Recolhimento Oficial.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

- Constituem motivo para rescisão do Contrato:
- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação á Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.







- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.
- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Montes Altos - MA, comarca da qual o município de Gov. Edison Lobão - MA é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si,	ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02
(duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado con	nforme, é assinado pela Contratada e pelas testemunhas abaixo
nomeadas.	Gov. Edison Lobão - MA, de de

	Gov. Edison Lobão - MA, de
CONTRATANTE	
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:







CPF: _		





TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

ANEXO V (MODELO)

DECLARAÇÃO

A Empresa	, inscrita no CNPJ n.º	, por intermédio de se	u repres	entante lega
Sr.(a).	, portador (a) da Cédula de Identidade de n.º	e do CPF n.º		, DECLAR
para os fins do dispo	sto no inciso V do art. 27º da Lei n.º 8.666/93, acrescido p	oela Lei n.º 9.854/99, que n	ão empr	ega menor c
dezoito anos em trab	palho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega meno	or de dezesseis anos.		
Ressalva: Emprega m	nenor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz	().		
		Gov. Edison Lobão - MA, _	de	de
Representante Lega				
Representante Lega				
(Observação: Em ca	so afirmativo assinala a ressalva acima).			





TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

ANEXO VI (MODELO)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

O signatário da presente, em nome da Empresa	declara, sob as penas da Lei, nos termos do
parágrafo 2º do art. 32 da Lei n. º 8.666/93 que, após o seu cadastramento	
participar da Tomada de Preços Nº 002/2021 - CPL , e que contra a me	
judicial.	
	Gov. Edison Lobão - MA, de de
(Nome e assinatura do responsável lega	l pelo proponente)





TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 - CPL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO À LC № 123/06

A empresa	DECLARA, sob as penas d	a lei, especialmente o	disposto no art. 299, do	Código Penal
Brasileiro, que se encontra er	quadrada na condição de	(Microe	mpresa, Empresa de Pe	queno Porte,
Microempreendedor Individual desenquadramento dessa situaçã	ou Cooperativa de Consumo			
Por ser verdade, firmo a	presente declaração.			
			CENTRAL NAME OF STREET	als
		Gov. Edis	son Lobão - MA, de	ae
	Panras	entante Legal da Empre	oca .	
	Represe	entante Legal da Limpre	Ju	





AVISO DE LICITAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO № 002/2021-CPL

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gov. Edison Lobão - MA torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO nº 002/2021-CPL**, visando fazer a construção do piso da quadra, no distrito Bananal, conforme projeto básico/executivo em anexo, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e disposições do Edital.

Data da Abertura: 29/06/2021. Horário: 09:00 nove horas.

Endereço: Av. Urbano Rocha, s/n, Centro – Gov. Edison Lobão – MA.

Maiores informações: O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente por meio do site https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/diariooficial. bem como através do portal Edison Lobão MA, de Gov. transparência do Município da https://www.governadoredisonlobao.ma.gov.br/transparencia. e Mural de Licitações - TCE - MA, cplgovel2021.2024@gmail.com., podendo https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul. ainda ser consultado presencialmente mediante comparecimento na sede da Prefeitura Municipal de Governador Edison Lobão na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL na Rua Urbano Rocha S/N Centro Gov. Edison Lobão – MA, caso queira adquirir uma cópia impressa o mesmo deverá solicitar a emissão de um DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para o recolhimento de taxa de R\$: 50,00 (cinquenta reais), das 08:00 às 12:00h, de segunda a sexta-feira. Caso ocorra ponto facultativo ou outro impedimento legal, a presente licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente.

Gov. Edison Lobão - MA, 28 de maio de 2021

GUSTAVO PAIXÃO MARTINS

DESPACHADO PARA PUBLICAÇÃO NO MURAL DA PREF. MUN. DE GOV. EDISON LOBÃO - MA, EM:

28 de maio de 2021, devendo permanecer assim por 15 (quinze) dias.

GUSTAXO PAIXÃO MARTINS Presidente da CPL